



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009845-05.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**
 Requerente: **ELOISA MORALES**
 Requerido: **PANDORA PARK ESTACIONAMENTO LTDA M.E.**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Afirma a autora que deixou seu veículo no estacionamento réu e que ao buscá-lo constatou a existência de avarias no para-choque e farol direito.

A ré sustenta que as avarias não ocorreram dentro do estacionamento.

Em relação ao ônus da prova, da observação da estrutura genérica do processo, verifica-se que o autor, na petição inicial, alega o fato, ou fatos, em que se fundamenta o pedido (cf. art. 282, III, do Código de Processo Civil).

Tais fatos é que são levados em conta pelo magistrado, ao proferir sua sentença, uma vez convencido de sua veracidade. Mas, como a simples alegação não basta para convencer o juiz (*"allegatio et non probatio quasi non allegatio"*), surge a imprescindibilidade da prova de existência do fato e da culpa no evento.

Quem pleiteia em juízo tem o ônus de asseverar fatos autorizadores do pedido e, por consequência, tem o ônus de provar os fatos afirmados. Em outras palavras, tem o autor o ônus da ação, ou, na preciosa síntese de MOACYR AMARAL SANTOS, "ao autor cumprirá sempre provar os fatos constitutivos", (cf. "Comentários ao Código de Processo Civil", IV vol., 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 1977, p. 33).

CARNELUTTI, na brilhante transcrição do eminente processualista pátrio citado, sustentava que "quem expõe uma pretensão em juízo deve provar os fatos que a sustentam"; ao que CHIOVENDA rematava com maestria: "ao autor cabe dar prova dos fatos constitutivos da relação jurídica litigiosa" (cf. op. cit., p. 34 e 35).

Ante todo esse quadro, é de se afirmar --- já agora raciocinando em termos de direito posto ---, na conformidade com o art. 333, I, do Código de Processo Civil, que incumbia à parte que ajuizou a demanda a prova do fato constitutivo de seu direito, princípio esse que configura sedimentação do velho brocardo adveniente do direito romano, segundo o qual *"actore incumbit probatio"*.

E, em conclusão, como rematava o pranteado processualista pátrio ALFREDO BUZAID, "estando a parte empenhada no triunfo da causa, a ela toca o encargo de produzir as provas, destinadas a formar a convicção do juiz na prestação jurisdicional" (cf. op. cit., p. 07).

Nesse sentido, aliás, a lição de NOVAES E CASTRO, secundando entendimento de Pontes de Miranda, no sentido de que, em havendo colisão de provas, prevalecem as produzidas pelo réu, que tem posição mais favorável no processo, na consonância com o vetusto princípio romano: *"actor non probante, reus absolvitur"* (cf. "Teoria das Provas", 2ª edição, p. 381, n. 280).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No caso em tela, verifica-se a parte autora não logrou êxito em tal mister, já que não carrega aos autos elementos efetivos de convicção no sentido de que lhe assiste o ordenamento jurídico, em termos de mérito, na hipótese apreciada.

Têm entendido nossas cortes de justiça que, "no Juízo Cível, o autor deve provar suas alegações, pelo menos de maneira a que se conclua ser seu direito mais certo do que o da parte contrária..." (cf. RJTJESP - 77/149).

As testemunhas arroladas pela autora e ouvidas em Juízo afirmam que não viram o acidente e que desconheciam o estado do veículo antes da chegada ao estacionamento. O manobrista ouvido a fls. 84, afirmou que foi ele quem recebeu o veículo pela manhã, mas não foi quem o devolveu. Afirmou ainda que não prestou "atenção no carro".

Assim, não há prova suficiente para o acolhimento da pretensão.

A autora não se desincumbiu de provar que o acidente envolvendo seu veículo ocorreu dentro do período em que lá ele esteve sob a guarda da empresa ré.

Veja-se:

**AÇÃO DE REPARAÇÃO - DANOS EM VEÍCULO
GUARDADO EM ESTACIONAMENTO - FALTA DE PROVA
DE QUE TENHAM SIDO PROVOCADOS NO PERÍODO DE
DEPÓSITO - AUSÊNCIA DE VISTORIA - POSSIBILIDADE
DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE NÃO EXIME O
CONSUMIDOR DE DEMONSTRAR FATO SIMPLES -
SENTENÇA IMPROCEDENTE - NEGADO PROVIMENTO. (TJ-
SP Ap. nº 9204088-66.2008.000, 24ª Câmara de Direito Privado
Relator: Lucila Toledo, J. 12/05/2011.)**

DISPOSITIVO

Ante o exposto, e mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação.

Sem verbas sucumbenciais, no JEC.

P.R.I.

São Carlos, 02 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**